

LEI 11.645/08 NA ESCOLA NÃO INDÍGENA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA.

Luciano Pereira da Silva Machado¹; Maria Kellynia Farias Alves ²;

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, luciano.machado@aluno.uece.br

²Professora Doutora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, kellynia.alves@uece.br

Resumo

O epistemicídio e o genocídio contra os povos originários não ficou restrito ao processo de ocupação colonial, pois se estende até os dias atuais como novos mecanismos, em diversos âmbitos, dentre os quais, na educação. Mesmo que a Lei 11.645 tenha tornado obrigatório o debate da temática em sala, sua efetivação enfrenta empecilhos, pois enfrenta os resquícios da colonialidade que ainda está presente na nossa sociedade. A partir disso, o presente artigo objetiva refletir sobre as percepções docentes sobre a temática indígena na escola não-indígena, desde suas trajetórias de formação e suas práticas em sala de aula. Para contribuir com as reflexões, dialogamos com Krenak (2022), Alves (2016), Potiguara(2004). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com autores que debatem a temática indígenas. Através da análise dos relatos docentes, percebemos que a existência da lei não é suficiente, visto que muitos profissionais relatam ausências na sua formação inicial, bem como na formação continuada, revelando que os currículos das licenciaturas ainda não efetivam a Lei 11.645/2008.

Palavras-Chave: Temática indígena na escola; Lei 11.645 e formação docente.

Introdução

O topônimo "Aquiraz" vem do tupi e significa "Água Logo Adiante". Mesmo as origens de Aquiraz possuindo uma forte ligação com água e que tenha uma comunidade indígena. Somente tive contato com ela, durante a graduação, no período em que fui monitor da disciplina de História da Educação ministrada pela professora Isaíde Bandeira, e foi de grande importância esse contato, me aproximando assim da cultura indígena e despertando um profundo interesse pelas causas voltadas aos povos originários. Nessa primeira ida, saí de lá encantado com todos os seus costumes, hábitos, tradições e com a forma como ofertam a educação.

Depois dessa visita, retornei uma segunda vez, durante minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, onde pude observar com mais calma

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

alguns detalhes nos quais eu não tinha percebido na primeira vez, como o contato direto de educação com a natureza e a educação com uma abordagem que contempla a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também os seus costumes e culturas. Em um outro momento também visitei o território do povo Tapeba, localizado em Caucaia, durante o período em que cursei a disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ministrada pela professora Maria Kellynia Farias Alves, onde estudamos sobre o movimento educacional voltado para a educação, e também estudamos sobre as comunidade que influenciaram a educação, e não dá para dialogarmos sobre a temática e não trazemos as comunidade indígenas para a conversa, tendo em vista que eles foram os precursores da educação.

A partir dessas vivências e aproximações com os povos originários, percebi a importância que as comunidades têm para seus povos, os significados que carregam, e como são símbolos de resistência, que lutam para que suas culturas não sejam apagadas ao longo do tempo, e que fazem essa transmissão de informações através da educação, e foi a partir dessas percepções que surgiu o meu interesse pelas questões indígenas.

Durante essa visita, percebi que alguns dos meus conhecimentos estavam equivocados, logo eu que achava conhecer tão bem a cultura Indígena. A escola, em muitos momentos, nos leva a ver a educação e principalmente o mundo como um todo, pelo olhar do colonizador, afastando-nos assim de perceber a sensibilidade e preciosidades que é olhar pela perspectiva indígena, que entendem a importância da natureza e acima de tudo a importância das relações e ensinamentos.

Um dos pontos que mais me chamaram a atenção foi essa linda relação que eles têm com a natureza, o banho na lagoa, que revigora suas forças, o respirar o ar puro das matas, o brincar de fazer tintas com elementos ofertados pela natureza, pelas árvores, como o jenipapo e o urucum, e o confeccionar seus objetos como, cocar feito com penas das aves, os cordões, pulseiras e brincos, feitos com frutos da natureza, utensílios de cozinha, como uma panela de barro, um quengo de coco, tudo isso fortalecendo essa relação com o místico e contribuindo para o não esquecimento e apagamento dos ancestrais. No livro Futuro é Ancestral, tem um trecho interessante sobre esse contato com a natureza, onde Ailton Krenak (2022), diz o seguinte:

Essa liberdade que tive na infância de viver uma conexão com tudo aquilo que percebemos como natureza me deu o entendimento de que eu também sou parte dela. Então, o primeiro presente que ganhei com essa liberdade foi o de me confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, e ter essa experiência do sujeito coletivo. Trata-se de sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar. (Krenak, 2022, p. 52)

É perceptível que uma parte da população tem percepções distorcidas dos povos originários, mas isso se dá por grande influência dos portugueses, que ao longo do tempo foram modificando a cultura e a maneira de os povos indígenas se vestirem, como afirma Silva (2001, p.96) “quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que os índios desaprendessem as suas culturas e deixassem de ser índios”.

Lembro-me que durante a minha infância, as minhas professoras passavam atividades voltadas para o dia 19 de abril, que naquela época, chamavam de dia do “Índio¹”, é importante salientar aqui, que atualmente não recebe mais esse nome, em 8 de julho de 2022, foi decretada e promulgada a lei 14.402, que em seu artigo um diz o seguinte “Art. 1º Esta Lei institui o dia 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943”. Atividades essas, onde elas falaram brevemente que eles eram um povo que "Tinha vivido no Brasil", e em seguida falavam suas principais características. Não faziam ligação com a realidade, contando como eles se encontravam no contexto atual e que haviam comunidades indígenas tão perto. Era notório que elas não tinham se preparado tanto quanto se preparavam para os outros assuntos existentes no currículo escolar. E isso é um problema sério, tanto por não oportunizar esse contato com o que está sendo estudado, como também contribui para a perpetuação de opiniões e visões tão distorcidas como temos na sociedade passada e atual. Mas uma parte da responsabilidade de mudar esse cenário está em nossas mãos.

Durante nossa formação nos habituamos a pensar a questão indígena na história a partir da educação. Mas a educação sempre esteve presente no Brasil, como podemos perceber ao estudarmos sobre, onde percebemos que os povos indígenas sofrem com questões relacionadas à educação desde 1500, com a chegada dos portugueses, que tentaram fazer um apagamento histórico de suas raízes. Como afirma o pesquisador Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, (2006, p.150), desde o período colonial, “ela foi promovida por missionários jesuítas, por delegação explícita da coroa portuguesa, e instituída por documentos oficiais, como as Cartas Régias e os Regimentos”.

Não podemos falar sobre as educações, sem falar da educação indígena, que vem passando por tentativas de apagamentos ao longo do tempo, devido a invasão portuguesa, onde

¹DECRETO-LEI Nº 5.540, DE 2 DE JUNHO DE 1943. Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o “Dia do Índio”.

já chegaram nomeando os indígenas e tentando apagar sua cultura através da imposição da cultura que julgavam ser a correta, como destaca Santos (2015, p. 26-28):

Esses povos até hoje são chamados de “índios”, exatamente porque os portugueses pensavam ter chegado às Índias. [...] Como sabemos, esses povos possuem várias denominações. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome.

Em linhas gerais, esse trabalho tem como objetivo geral compreender quais as percepções do docente sobre a temática indígena na escola através de suas práticas em sala de aula. Para responder esta questão, tenho como objetivos específicos: identificar os marcos teóricos sobre os povos indígenas, especialmente no Ceará; relacionar a importância na formação do pedagogo; analisar as narrativas docentes e identificar formação inicial e continuada.

Desenvolvimento

Podemos aprender com os povos originários que desenvolvem a educação em conjunto com a natureza, e assim poderíamos realizar algumas aulas voltadas para o conteúdo indígenas, já que a lei implantou os povos indígenas no currículo escolar. Uma boa estratégia de ensino, seria promover aulas com os estudantes nas comunidades indígenas, ou até mesmo aprender com as comunidades que passaram e deixaram algum sentimento como a da comunidade Tapeba, no município de Caucaia, que começou embaixo de uma mangueira, como podemos ver a seguir: "Sua criação foi devido a discriminação que as crianças indígenas sofriam nas escolas não indígenas. Começou funcionando embaixo de uma mangueira, com uma turma de Educação Infantil com 30 alunos, tendo como professora a liderança Elizabete Cruz da Silva (Bete)" (Ferreira e Alves, 2016, p. 177), poderíamos também nos inspirar no projeto “Vivenciando a cultura Tapeba²”, que além de ampliar os conhecimentos dos alunos, também:

Além disso, promoveu o conhecimento de algumas plantas medicinais e seus usos, e também aprendendo a fazer artesanatos. Uma de suas potencialidades está na aproximação dos alunos das lutas que foram enfrentadas para que hoje a escola exista. Faz também com que tenham o contato com o conhecimento do pajé, sobre as plantas, sobre as matas. (Ferreira; Alves, 2016, p. 178).

² Tem como objetivo revitalizar e aprimorar as práticas culturais do povo Tapeba, trazendo a história da escola e trabalhando em sala músicas indígenas cantadas no toré.

Esse exercício vai de encontro com o não apagamento da cultura, fortalecendo assim as lutas que vêm sendo travadas ao longo do tempo e além de ajudar na construção da identidade, como nos mostra Ailton Krenak (2020, p. 21).

A identidade, com a qual nos fazemos e que também nos faz, entre muitas coisas, é o grande elo de cada um de nós, como seres vivos, com as gerações que nos precedem e que virão após nós: este elo chama-se cultura. Revestido da carne e ao mesmo tempo despido dela, pois a transcendemos, somos capazes de cultivar uma identidade cambiante [...].(Krenak, 2020, p. 21).

Indo de encontro com esses ensinamentos, podemos abordá-los também através da musicalização e da arte, tendo em vista que os indígenas têm seus rituais sagrados, e isso daria gancho também para a confecção de instrumentos, como por exemplo: o maracá. Sendo assim, poderíamos também levar as crianças para uma comunidade indígena para que elas vissem as danças indígenas e assim compreendessem sua importância para o movimento, bem como a relação com o sagrado. Esses rituais têm forte sentido para a educação indígena como explica Kennedy Tapeba citado no artigo produzido por Ferreira e Alves(2016):

Os nossos rituais sagrados como o toré é que a gente busca sabedoria, busca conhecimento, às vezes nós não temos os nossos mais velhos, mas um encantado nos diz o que fazer, nos conta nossa história, nos diz como é que funciona, como é que era, e é no toré que a gente tem essa oportunidade de uma proximidade maior com o nosso lado espiritual, que é um lado mais forte nosso, que é onde realmente sai a força do nosso povo, esse lado espiritual. (Alves, 2016, p. 180)

Diante disso, vemos a importância do toré e como ele pode ser usado como instrumento pedagógico. Além disso, levando as crianças a irem de encontro com as raízes ancestrais indígenas.

Os eventos rituais, enquanto práticas pedagógicas, estão incorporadas ao calendário escolar indígena, fazendo parte de uma construção coletiva de elementos práticos teóricos específicos, características de uma proposta de educação diferenciada. (Nascimento, 2010, p. 15).

O epistemicídio ainda é muito presente na sociedade brasileira, afetando diferentes grupos, e eles sempre têm que estar em alerta. Como define Boaventura de Sousa Santos:

“El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas” (Santos, 1998, p. 208).



Acho importante trazer a tradução da citação anterior de Santos, 1998, página 208, onde diz que: O epistemicídio é o processo político-cultural por meio do qual se mata ou se destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como via para manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio esteve frequentemente associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia, o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para ‘justificar’ o genocídio do qual foram vítimas os indígenas. (tradução nossa).

A naturalidade como o epistemicídio se manifesta gera grande preocupação para pesquisadores engajados, para a comunidade acadêmica e os movimentos sociais em geral, mas principalmente para as comunidades indígenas que estão em constante luta pela efetivação e manutenção de seus direitos.

Os movimentos indígenas mobilizados e aliados conseguiram assegurar alguns avanços diante desse cenário, como a Constituição Federal de 1988 que garante direitos mínimos nos Artigos 231 e 232. O Art.231 reconhece “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL,1988).

Em 1980 surgiu a Legislação da Educação escolar indígena que se consolidou na década de 1990, através dos documentos: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e Resolução CEE nº 447/2013, nº 382/2003, do Decreto nº 31.057, de 22 de novembro de 2012.

Temos outros registros históricos que ajudam na compreensão dessa linha do tempo da educação indígena, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) também garantiu o direito à Educação Escolar Indígena através dos Artigos 78 e 79 (BRASIL, 1993):

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios³, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas,

³ O termo “Índio” foi usado por se tratar de um documento, mas atualmente esse termo é considerado genérico e pejorativo, o que levou a criação da Lei nº 14.02/22, que alterou o termo “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas”. Sendo assim, a nomenclatura “Indígena” é a forma correta de se referir a alguém de etnia indígena.

desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

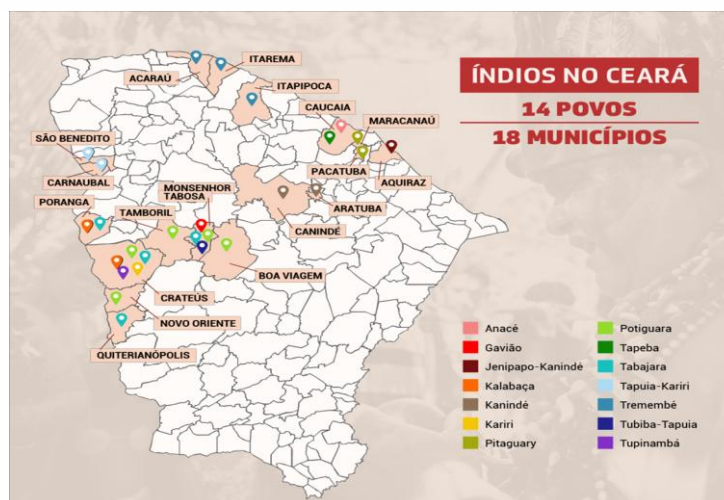
§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

A educação e direitos indígenas garantidos pela Constituição Brasileira e pela LDB também são assegurados pelos seguintes documentos: Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, o qual “dispõe sobre a educação indígena no Brasil”; a Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que “fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências”; a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, “que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” e o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que “dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências”.

A Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, é o documento que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica” e a Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio”.

FIGURA 1 - Municípios onde os povos indígenas estão localizados.





Fonte: Governo do Ceará. Municípios onde povos indígenas estão localizados. 2019. ⁴

O Município do Ceará tem forte ligação com os povos originários, inclusive, seu próprio nome vem da cultura indígena, tanto é que "ciará" ou "siará", significa "canto da jandaia", que na linguagem em tupi é um tipo de papagaio. E tem um grande grupo indígena distribuído entre os municípios de Itapipoca, Aratuba, Canindé, Boa Viagem, Novo Oriente, Quiterianópolis, Acaraú, São Benedito, Carnaubal, Poranga, Aquiráz, Crateús, Trairi, Itarema, Maracanaú, Pacatuba, Viçosa do Ceará e Caucaia.

O movimento para implantação de escolas indígenas começou em 1990, com o apoio de diferentes etnias indígenas. O primeiro espaço destinado para o ensino exclusivo de crianças indígenas no Ceará surgiu em 1990, com a ideia de criação de escola indígena Índios Tapebas, no município de Caucaia. Durante esse ano, em decorrência de diferentes atos de discriminação e preconceito, sofridos pelos alunos indígenas em escolas convencionais próxima a comunidades indígenas Lago dos Tapebas e Trilho.

Durante a minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência(Pibid), no ano de 2023, estudamos patrimônios materiais e sua importância na sociedade, e vimos também temas voltados para os povos originários e sua grande dificuldade de se manter na sociedade, mas que isso vem ocorrendo desde de 1500, quando os portugueses invadiram as terras brasileiras, onde também ocorreu o processo de alfabetização, como afirma Luciano (2006, p.150), desde o período colonial, “ela foi promovida por missionários jesuítas,

⁴ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/>

por delegação explícita da coroa portuguesa, e instituída por documentos oficiais, como as Cartas Régias e os Regimentos”.

Figura 2 - Registro fotográfico da vivência com as crianças na escola.



Fonte: Acervo do autor (2023)

Durante essa pesquisa, foi realizada uma entrevista com três educadoras e um educador da rede pública. Para manter o sigilo das participantes, a professora Kellynia sugeriu identificar os professores com palavras indígenas, como relacionadas a seguir:

Tabela 1 - Codinomes dos participantes

Palavra em Tupi	Significado
Abaetê	Pessoa boa - pessoa de palavra - pessoa honrada
Apoena	Aquele que enxerga longe
Ibi	Terra
Aram	Sol

Buscando analisar suas vivências na graduação, pedi a eles que comentassem a respeito dos debates ocorridos sobre a temática, o contato com autores indígenas, e suas percepções sobre o processo.

Não tivemos debates sobre o assunto. Uma falha. Nunca tive contato de perto com líderes indígenas. É uma temática escassa. Lamentável e tenho vergonha de não me empoderar mais sobre... (Professora Abaetê)

Talvez tenha sido discutida em uma disciplina da grade curricular que eu lembro vagamente. (Professor Apoema)

A temática indígena não foi debatida de forma aprofundada ou sistemática durante a graduação, nem tive contato significativo com autores indígenas. Ejo falha na universidade em formar um profissional com visão holística sobre a sociedade brasileira, que é multiétnica. A ausência de autores e debates indígenas perpetua uma narrativa colonial, que borra o protagonismo e a sabedoria desses povos e o profissional sai da universidade sem as “ferramentas” necessárias para combater o preconceito em sala de aula. (Professora Ibi)

Os três professores mencionam que a temática não foi tratada devidamente durante a graduação, mostrando que as instituições muitas vezes não asseguram essa temática na formação inicial, formando assim, professores que não têm o acúmulo teórico mínimo para debater estes conteúdos em sala de aula, gerando insegurança ou equívocos, refletindo em suas salas de aula, podendo oferecer um ensino superficial ou reprodutor de estereótipos às crianças.

Contudo, uma outra educadora apresentou um contraponto importante, demonstrando o papel da formação inicial comprometida com a valorização da diversidade étnica.

Sim, me formei na UFPE em Caruaru, lá há o curso de licenciatura intercultural indígena, e realizamos diversos intercâmbios, a temática atravessou o currículo do meu curso, no componente curricular de Antropologia o professor titular é indigenista, o currículo do curso de pedagogia da UFPE-CAA é bem característico com pesquisa e prática pedagógica e estágio em movimentos sociais, nestes momentos optei pela temática indígena, pois estávamos dialogando com o movimento indígena, lideranças, COPIPE, organizei eventos acadêmicos, fiz disciplinas eletivas sobre racismo e educação, e na obrigatória de educação do campo a temática atravessou tanto os povos indígenas como ribeirinhos, povos camponeses entre outros. Os autores indígenas que liamos eram desde autores da literatura infantil, até autores da sociologia, antropologia, teses e dissertações de professores indígenas formados no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea. (PPGEDUC-UFPE-CAA). (Professora Aram)

Percebe-se aqui que a instituição onde realizamos nosso curso tem um peso direto sobre nossa formação, entrelaçando nossas práticas futuras enquanto professores. Trata-se de um movimento contra o epistemicídio, como explica Débora Evellyn Silva de Lima, pedagoga Anacé, relata sobre os caminhos para o seu enfrentamento:

A escuta sensível e atenta às memórias dos povos indígenas é essencial para combater o epistemicídio no Brasil, que se refere à desvalorização sistemática do conhecimento indígena e à consequente supressão de suas vozes. Nesse contexto, promover uma escuta respeitosa se torna um ato de reparação para nós, povos indígenas. Ao ocupar espaços e garantir que nossas vozes sejam ouvidas, estou contribuindo para a descolonização do conhecimento e para o reconhecimento das experiências vividas pelas comunidades indígenas (Lima, 2024, p. 20)

Nesse sentido, precisamos falar de responsabilidades. Não se trata de culpabilizar a instituição, mas sim analisar as razões das ausências e as enfrentar, promover uma revisão dos currículos que estão em disputa. -las, culpa só dela, pois também é importante que nós estudantes tenham autonomia para ir atrás de conteúdo e formações sobre eles, mas a faculdade

proporcionar esse encontro com a temática facilita esse despertar pelo tema. Seria como plantar uma semente de urucum, onde ao buscarmos informações sobre o tema, fosse como água jogada sob o solo, e nossa obtenção de conhecimento fosse como o florescer do urucum, onde nossos alunos poderão usufruir para fazer colorau ou pinturas, onde eles terão acesso a temática.

Conclusões

Desse modo, o estudo realizado sobre a temática indígena na escola não-indígena, revelou que embora tenham se passado 525 anos desde o início da invasão colonial, os povos indígenas ainda vêm enfrentando diversas ameaças a seus direitos. Os povos originários vêm desenvolvendo diversas formas de resistências, sendo uma delas é através da educação escolar, pois assim seria possível acessar mais direitos, disputar espaços de poder e formação da opinião pública. Além disso, a Lei 11.645/08 tem propiciado um maior conhecimento, levando-os assim a compreenderem as questões indígenas que atravessam gerações. Questões essas que precisam de um olhar humanizado e atento, principalmente daqueles responsáveis pela educação, ou seja, nós professores.

Busquei, ao longo desta escrita, mostrar um pouco de como os povos indígenas do Ceará foram existindo ao longo da história, principalmente no âmbito das escolas e dos ensinamentos, costurando assim com minhas vivências relacionadas com eles, me despertaram e me tocaram tão profundamente para que eu ajudasse no movimento de dar voz a esse povo que sofre diariamente com inúmeras tentativas de silenciamento, seja na escola ou fora dela.

Ao longo da minha trajetória enquanto aluno, durante minhas vivências com colegas e professores, fui percebendo que a problemática sobre as questões indígenas surge em muitos locais, mas principalmente na escola, onde em muitos casos, os professores que na sala são os responsáveis por levar conhecimentos para serem compartilhados com os alunos, não se apropriam da temática e nem se esforçam, levando assim aprendizagens vagas e que ajudam na perpetuação da desinformação sobre os povos originários.

Cabe às escolas trabalharem por meio das perspectivas interdisciplinares, desenvolvendo a temática em todas as disciplinas, não se prendendo apenas às disciplinas de história. Há também a possibilidade de criar projetos que possibilitem aos alunos o contato mais próximo com pessoas indígenas, ou até mesmo que possam convidar lideranças indígenas para irem à escola para participar desses projetos ou para dar uma aula sobre a

temática, para que assim os estudantes possam ganhar novas perspectivas e que possam adquirir conhecimentos através das práticas.

Concluo assim que o debate da temática em sala de aula ainda segue a passos lentos, embora seja lei, mas que há também uma parcela de professores que buscam se apropriar e levar o conteúdo de maneira significativa. Destaco a necessidade de formação sobre o tema e é importante o debate também no ensino superior.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Jaíne Alves; ALVES, Maria Kellynia Farias. **Educação Escolar Indígena e Toré: da Porteira pra Dentro**. In: MACHADO, Adilbênia Freire; ALVES, Maria Kellynia Farias; PETIT, Sandra Haydée (Org.). Anais VI Memórias de Baobá: Estéticas Negras: Traçando Educação e Produção Didática. Fortaleza: Gráfica e Editora IMPRECE, 2016. p. 174-181.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Educação escolar indígena e a perspectiva de uma educação diferenciada. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p. 11-26, jan./dez. 2010.

SANTOS, Akãwaí Borges. O indígena no livro didático: entre o apagamento e a estereotipia. In: REIS, Anderson Pereira dos; SANTOS, Bruno Pinheiro Rodrigues (org.). **Educação e relações étnico-raciais**: o estado da arte. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2015. p. 23-38.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

